

Educação Musical Inclusiva na perspectiva da Educação Especial: uma pesquisa sobre atuação docente em música no contexto escolar

Comunicação

Ítalo Soares da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
italo_so.silva@hotmail.com

Jean Joubert Freitas Mendes
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
jean_joubertmendes@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho expõe os primeiros desdobramentos da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que tem como objetivo compreender como professores/as de música, em diferentes etapas da Educação Básica, lidam com a inclusão de alunos/as com deficiência no Estado do Rio Grande do Norte. Como procedimentos metodológicos, utilizamos a abordagem qualitativa (TRIVIÑOS, 1987; BOGDAN; BIKLEN, 1994; BRESLER, 2007) a partir de dados coletados por meio de técnicas e instrumentos, sendo a observação participante, o diário de campo e entrevistas semiestruturadas. Além disso, realizamos o registro de áudio por meio de gravações e transcrições das entrevistas, a pesquisa documental, bem como uma revisão de literatura que versa sobre os temas Educação Inclusiva, Educação Especial, Educação Musical Inclusiva e Educação Musical escolar. Com isso, esperamos que esse estudo possa trazer contribuições sobre práticas pedagógicas e inclusivas em sala de aula com alunos/as com deficiência, bem como promover discussões sobre a temática em estudo.

Palavras-chave: Educação Musical Inclusiva; Música e Inclusão; Educação Musical escolar.

Notas introdutórias

A temática de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva tem se tornado nos últimos anos um dos grandes focos de atenção em diversos contextos educacionais, bem como vem sendo amplamente discutida em diferentes áreas de conhecimento, dentre elas a Educação, sendo objeto de tensões, polêmicas, dúvidas e lutas.

Diante a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, que visa o acesso e a permanência dos educandos com deficiência na escolar regular, em consonância com a Lei de nº 13.146, de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ambas buscaram garantir os direitos das pessoas com

deficiência, objetivando assim incluí-las socialmente enquanto indivíduos integrantes da sociedade (BRASIL, 2015).

Com base nos dados do Censo Escolar de 2019, tem-se percebido um recorrente aumento do número de alunos/as com deficiência matriculados nas escolas de Educação Básica, no país. Nessa perspectiva, para atuação nesse contexto tem sido necessária uma maior preparação, no sistema educacional brasileiro, nas escolas de Educação Básica, no corpo docente, bem como nas famílias.

Pautados nessas questões e nas experiências vivenciadas no contexto da Educação Básica com o ensino para alunos/as com deficiência, bem como diante as vivências enquanto estudante e professor de música, surgiu-me a indagação de como os professores/as de música em diferentes etapas da Educação Básica, lidam com a inclusão de alunos/as com deficiência no Estado do Rio Grande do Norte?

Com isso, buscaremos por meio desse estudo, que se encontra em andamento, compreender a forma como professores/as de música, em diferentes etapas da Educação Básica, lidam com a inclusão de alunos/as com deficiência no Estado do Rio Grande do Norte. Vale ressaltar que além de ter percebido esse problema enquanto pesquisador, esse estudo se justifica devido identificar uma grande dificuldade de atuação de docentes nos contextos educacionais, bem como os relatos de professores/as e gestão escolar em relação aos desafios para o trabalho docente com esse público. Para, além disso, identificamos diante uma revisão de literatura que tal temática é escassa na área de Educação Musical, o que merece ser amplamente discutida, levando em consideração a demanda que o campo em estudo exige.

Vale ressaltar, que esse trabalho é apenas um dos primeiros desdobramentos da pesquisa que se encontra em andamento e que tais resultados aqui apresentados, fazem parte da análise inicial de uma das categorias elencadas para discussão dos dados desse estudo, categoria essa que chamamos de concepções docentes.

Educação Inclusiva e Especial na legislação brasileira

Para conhecermos a temática da inclusão, traz à luz questões fundamentais que devem ser consideradas inicialmente para que possamos compreendê-la. Desta forma,

segundo a Resolução 11/09/2001 das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, inclusão é:

A garantia do acesso continuado ao espaço comum de vida em sociedade, em uma sociedade orientada por relações de receptividade à diversidade humana e às diferenças individuais, em um esforço de equidade de oportunidades desenvolvimentais, em todas as dimensões de vida (BRASIL, 2001).

Diante isso, inclusão se caracteriza como um processo de busca pelos direitos de igualdade entre as pessoas, bem como respeitar as características e diferenças humanas em diferentes contextos. Assim, entende-se a inclusão como um processo que envolve e engloba diversos indivíduos, dentre esses, as pessoas com deficiência.

Em relação à pessoa com deficiência, seu contexto histórico é marcado por uma realidade de lutas e perseguições (LOURO, 2012). Desta forma, durante muito tempo as pessoas que nasciam com alguma deficiência ou apresentavam algum comprometimento eram banidos da sociedade através da morte (PRADO; MAROSTEGA, 2001). Especialmente as crianças, essas que por muito tempo foram vistas como não importantes, além do mais, possuindo algum tipo de deficiência, viveram às margens da sociedade por um longo período (SOUZA, 2010).

Segundo Marquezan (2008, p. 464) esse termo deficiência é usado em:

[...] referência a todas as pessoas que, em diferentes épocas, foram consideradas incapazes ou com capacidades limitadas, de natureza permanente ou transitória, por razões físicas, cognitivas, sensoriais, vocacionais, políticas e/ou econômicas para o exercício pleno da cidadania.

No que se refere à busca pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência, foi no século XX que se conquistaram direitos fundamentais com a aprovação de legislação específica para isso. Em âmbito internacional, consideram-se a Declaração de Sundberg (Espanha/1981) que resultou na Conferência Mundial sobre as Ações e Estratégias para a Educação, Prevenção e Integração; A Conferência Mundial de Educação para Todos de Jomtien (Tailândia/1990), na qual foi elaborada a Declaração Mundial Sobre a Educação para Todos (DMET); e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em Salamanca (Espanha/1994), que resultou no documento “Declaração de Salamanca”. Desta forma, esses

acontecimentos são caracterizados como os principais marcos que iniciaram a discutir a Educação Especial no contexto mundial.

No Brasil, os direitos sociais voltados à pessoa com deficiência começaram a serem concebidos ainda de forma muito tímida em 17 de outubro de 1987, a qual o país assume uma Emenda à Carta Magna de 1967 de nº 12 assegurando aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica. No contexto educacional, o processo de inclusão de alunos/as com deficiência começou a ser considerado pela Constituição Federal de 1988, que garantia o atendimento educacional especializado aos *portadores de deficiência*¹ preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). Segundo Schambeck (2016, p.27), a inserção dessas garantias se deu devido aos “debates sobre a universalização da educação, iniciados em 1981, ano Internacional das Pessoas Deficientes”. Com isso, todas as discussões presentes naquele momento motivaram grupos que clamavam por transformações na área, resultando em importantes contribuições que continuaram a serem debatidas e reforçadas em 1994 por meio da Declaração de Salamanca (SCHAMBECK, 2016).

Mediante a promulgação da Constituição de 1988, os direitos e garantias fundamentais, juntamente aos direito civis e políticos passaram a ser prioridade do Estado Democrático de Direito (PEREIRA; SARAIVA, 2017). No ano seguinte, em 1989 com a Lei nº 7.853, que dispõe sobre a integração social das pessoas portadoras de deficiência e com a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), assume-se o papel da garantia da efetivação dos direitos básicos das pessoas “portadoras de deficiência” (BRASIL, 1989).

Tempos depois, no ano de 1996, o Brasil garante por meio da Lei nº 9394/96 que institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o atendimento educacional gratuito para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996). Com base nesse atendimento, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica afirmam que todos os alunos devem aprender juntos em classes comuns, sempre que possível independente de suas dificuldades ou diferenças (BRASIL, 2001).

¹ De acordo com Sasaki (2002), o termo correto utilizado atualmente é “pessoa com deficiência”, sendo estabelecida como forma mais adequada diante as reflexões alcançadas mundialmente sobre esse público.

Posteriormente, no ano de 1999 com o Decreto nº 3.298/99 institui-se a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, objetivando assegurar o pleno exercício dos direitos sociais e individuais desta parcela da população. Em consonância a esse decreto, surge a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, instituindo as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida.

Alguns anos depois, surge a Lei nº 13.146 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, trazendo assim a garantia dos direitos das pessoas com deficiência tendo como objetivo inclui-las socialmente enquanto sujeitos integrantes da sociedade.

Pautados nesse panorama de leis e conquistas voltadas para a inclusão da pessoa com deficiência, consideramos de fundamental importância para os professores/as conhecer o processo histórico e os documentos citados. Com isso, podemos participar com conhecimento das causas e discussões que envolvem o tema nos diversos espaços, dentre eles o educacional, como também subsidiar saberes para que possamos fundamentar as práticas e ações necessárias para inclusão.

Educação Musical Inclusiva na perspectiva da Educação Especial

Sabemos que tratar de inclusão é necessário considerar a diversidade humana existente, desde raça, cor, gênero, dentre outros, o que acaba ultrapassando a perspectiva da inclusão voltada para as pessoas com deficiência ou o público alvo da Educação Especial. Contudo, nesse trabalho, buscamos apresentar a Educação Musical Inclusiva sob a perspectiva da Educação Especial, procurando assim conhecer o que a área vem discutindo sobre o tema.

Dentre as discussões presentes no campo da música que concernem à inclusão, podemos destacar estudos que se preocuparam em conhecer o que tem sido publicado e discutido por meio de revisões de literatura, sobre os temas em questão. Dentre esses, destacamos Rodrigues, Silva, Capellini e Santos (2015) que realizaram uma revisão bibliográfica entre os anos de 2013 e 2015 especificamente sobre a temática da música e deficiência, visando assim identificar o papel da música no processo de inclusão das pessoas

com deficiência como também a perspectiva do educador para utilização de recursos musicais. Após análise dos trabalhos encontrados nas bases de dados investigadas, constatou-se um número reduzido de estudos relacionados aos temas, além de ser um campo restrito de pesquisa.

Diante esse trabalho, também ficou evidente a música como um meio propiciador do desenvolvimento da pessoa com deficiência, além de ser algo que favorece no seu processo de inclusão. Já na perspectiva docente, o estudo revelou que são raros os professores/as e profissionais que trabalham com pessoas com deficiência terem uma formação específica em Educação Musical. Como consequência disso, acaba-se tornando um obstáculo a mais na utilização de uma didática que proporcione realmente um aprendizado musical para os alunos, pois grande parte das práticas musicais restringe-se a recreação e/ou estimulação (RODRIGUEZ; SILVA; CAPELLINI; SANTOS, 2015). Com isso, os autores concluem que a limitação encontrada na revisão que corrobora com o baixo número de publicações em Educação Musical deve também a questão de didática e de formação do professor, pois são recorrentes os casos de professores/as que lecionam música sem uma formação específica.

Para além desse estudo, Fantini, Joly e Rose (2016), buscaram identificar, quantificar e mapear o campo da educação musical especial no Brasil mediante a investigação nas últimas três décadas em periódicos nas áreas da Música, Educação Musical e Educação Especial, bem como em anais de congressos relacionados às mesmas áreas e nos bancos de teses e dissertações. Com isso, os resultados mostraram que, embora o número de estudos venha crescendo, a área ainda necessita de maiores aprofundamentos quanto às especificidades de cada deficiência. Além disso, também se verificou uma escassez de trabalhos que trouxessem mecanismos de avaliação das habilidades musicais de pessoas com deficiência, e uma lacuna entre as concepções legais de inclusão e do direito ao desenvolvimento musical com o que realmente ocorre nas escolas.

Por outro lado, em estudo realizado sobre Educação Musical e Educação Especial na produção científica de dissertação e teses brasileiras, Cil e Gonçalves (2018) verificaram alguns pontos que ainda necessitam ser entendidos no que se refere a definir tanto o trabalho especializado com Estudantes Público-Alvo da Educação Especial (EPAEE), quanto da especialidade de quem trabalha com o ensino de música. Desta forma, o levantamento

mostrou-se que os estudos sobre o público alvo da Educação Especial é, de certa forma, recente, e ainda escassos. No mais, constatou-se que a educação musical para pessoas com deficiência é complexa na educação brasileira, pois associa a música a aspectos terapêuticos, o que acaba secundarizando como área de conhecimento.

Contudo, este panorama de produções científicas, contribuiu para a identificação do já se tem produzido sobre a temática deste trabalho, bem como para a observação das lacunas existentes. No mapeamento das pesquisas encontradas, fica evidente a necessidade de estudar a forma como professores/as de música lidam com a inclusão de alunos/as com deficiência no contexto escolar, buscando abordar as diferentes etapas de ensino, bem como as deficiências e necessidades educacionais específicas encontradas nas escolas.

Além disso, embora seja possível perceber trabalhos que tratam sobre música e inclusão na perspectiva da Educação Especial, e que, a mais de uma década tenham sido encontrados trabalhos sobre a temática, ainda são incipientes as abordagens dessas pesquisas. No entanto, vale ressaltar que nos últimos anos essas discussões vêm se apresentado com maior recorrência especificamente na área de Educação Musical.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

A pesquisa aqui apresentada tem como objetivo investigar como professores/as de música lidam com a inclusão de alunos/as com deficiência, com isso se faz necessária a escolha de uma abordagem de pesquisa coesa com o caráter deste trabalho e que possibilite compreender o fenômeno estudado. Segundo Goldenberg (2004, p.13) “nenhuma pesquisa é totalmente controlável, com início, meio e fim previsíveis”. Assim, acaba deixando o pesquisador em estado de tensão, por saber que seu conhecimento é limitado e parcial.

Sabendo que os sujeitos do estudo da pesquisa serão professores/as de música que atuam com alunos/as com deficiência, buscamos diante a literatura uma abordagem que permitisse compreender a atuação desses docentes. Diante isso, encontramos a abordagem qualitativa que se encaixava na proposta da pesquisa, pois segundo Goldenberg (2004, p.14) sua preocupação “não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc”. Além disso, essa abordagem “privilegia a compreensão

dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos investigados” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.16). Assim, buscaremos esse aprofundamento em compreender a forma como os professores/as de música lidam com a inclusão de alunos/as com deficiência no contexto da escola regular.

Ainda no que se refere à abordagem qualitativa, Bresler (2007) ao revisar a teoria básica e o método de pesquisa qualitativa em Educação Musical, afirma que ela é apresentada por meio de nomes diferentes. Contudo, a área utiliza pesquisa qualitativa como um termo que se refere a várias estratégias de pesquisa, dentre elas:

1) descrição detalhada do contexto de pessoas e eventos; 2) observação em ambientes naturais que, comparada com abordagens tradicionais experimentais, apresenta pouca intervenção; 3) ênfase na interpretação gerada por perspectivas múltiplas que apresentam questões relacionadas aos participantes e questões relacionadas ao pesquisador; e 4) validação da informação através de processos de triangulação (BRESLER, 2007, p.8).

Neste sentido, identificamos que seria necessário um conjunto de técnicas e instrumentos que nos permitisse compreender o fenômeno desse estudo, dentre essas a observação *in loco*, ou também conhecida como pesquisa de campo. Assim, a abordagem qualitativa mostra-se adequada para os objetivos que pretendemos alcançar por permitir aprofundar na compreensão desse universo de pesquisa.

Partindo desse pressuposto, no campo dos que trabalham com pesquisas de enfoque qualitativo, estes estão sujeitos a optar por diferentes tipos, pois a pesquisa qualitativa dispõe de uma variedade de tipos, possibilidades de realização, bem como diversos procedimentos a adotar (TRIVIÑOS, 1987; BOGDAN; BIKLEN, 1994). Com isso, buscamos estratégias que nos ajudassem a alcançar os objetivos propostos no estudo, dentre elas, optamos pela observação participante e a entrevista semiestruturada, pois segundo Bogdan e Biklen (1994), são as estratégias mais representativas da “investigação qualitativa”, termo esse utilizado pelos autores para denominar todo o conjunto de estratégias que designam por “qualitativas”.

Na investigação qualitativa, é característica os pesquisadores/as introduzirem-se e destinarem grandes quantidades de tempo em escolas, ainda que utilizem equipamentos de vídeo ou áudio, e muitos deles também utilizam um bloco de apontamentos com um lápis.

Além disso, os materiais de registro são mecanicamente revistos na sua totalidade pelo investigador, sendo que são os instrumentos chave de análise (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Tomando com base esses apontamentos, utilizamos como instrumentos para coleta e análise dos dados o diário de campo, a observação participante, a entrevista semiestruturada por meio da gravação de áudio, a pesquisa documental, bem como a revisão de literatura sobre os temas Educação Inclusiva, Educação Especial, Educação Musical escolar, Música e Inclusão. Assim, o fenômeno a ser investigado passará pelo processo de descrição, observação, interpretação e triangulação dos dados obtidos durante o estudo.

Caracterização do campo empírico

O principal objetivo dessa pesquisa é compreender a forma como professores/as música em diferentes etapas da Educação Básica lidam com a inclusão de alunos/as com deficiência no Estado do Rio Grande do Norte. Para isso, buscamos inicialmente conhecer o campo empírico e os sujeitos participantes da pesquisa para dar subsídios ao estudo. Segundo Tardif (2014, p.10-11):

Na realidade, no âmbito dos ofícios e profissões, não creio que se possa falar do saber sem relacioná-lo com os condicionantes e com o contexto do trabalho: o saber é sempre o saber de alguém que trabalha alguma coisa no intuito de realizar um objetivo qualquer. Além disso, o saber é uma coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber *deles* e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a sua experiência de vida e com a sua história profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares na escola, etc. Por isso, é necessário estudá-lo relacionando-o com esses elementos constitutivos do trabalho docente.

Desta forma, devido à pesquisa estar centrada em estudar os professores/as, cabe a nós apresentarmos especificamente cada contexto para então relacionarmos com a temática em estudo.

Os primeiros desdobramentos dessa pesquisa, foi referente a um levantamento das escolas de Educação Básica no Estado do Rio Grande do Norte que haviam professores/as de música atuando em sala de aula. Depois de encontradas, buscamos identificar quais delas havia alunos/as com deficiência em sala de aula. Em seguida, entramos em contato com os

respectivos docentes, esclarecemos o objetivo da pesquisa e perguntamos-lhes sobre a disponibilidade e interesse em participar do estudo. Desta forma, depois de uma intensa busca, selecionamos três docentes que atuavam em diferentes etapas da Educação Básica, sendo um na Educação Infantil, outro nas séries iniciais do Ensino Fundamental e um terceiro nas séries finais do Ensino Fundamental.

Com isso, foram selecionadas três escolas, sendo elas uma na rede pública municipal do Estado do Rio Grande do Norte, outra da rede privada, e a terceira uma escola de Educação Básica pertencente ao âmbito universitário.

Depois de selecionados as escolas e professores e professora a serem investigados, partimos para conhecer as turmas de atuação dos mesmos. Contudo, focamos em observar na Escola Municipal uma turma da 7ª série do Ensino Fundamental do turno vespertino, que na turma haviam 2 (duas) alunas com deficiência, sendo uma delas com deficiência física e cadeirante e a outra com deficiências múltiplas. No contexto da escola da rede privada, observamos as aulas de uma turma de Nível III (alunos (as) com média de 3 anos de idade) que haviam alunos com Autismo, e outros que mostravam comportamentos típicos de outras deficiências, mas sem um laudo específico. Já na escola de Educação Básica pertencente ao âmbito universitário, observamos as aulas de música de uma professora na turma de 5º ano. Desta forma, na classe observada, havia dois alunos com deficiência, sendo um deles com Síndrome de Down e outro com deficiência física.

Vale ressaltar que por questões éticas, não mencionamos os nomes dos alunos/as. Além disso, não foi nosso objetivo buscar o laudo médico de cada discente, assim, as deficiências aqui mencionadas, foram caracterizadas diante o relato dos docentes e da coordenação da escola, bem como diante nossas observações e o limitado conhecimento no que se refere as características de cada deficiência.

O percurso para análise do *corpus* da pesquisa

Depois de delimitado os objetivos da pesquisa, coletados os dados diante a observação participante, utilizado o caderno de campo como meio de registro das observações, realizado as entrevistas semiestruturadas, que após gravadas em áudios foram

transcritas, partimos para várias leituras do texto do *corpus* da pesquisa, afim de identificar categorias que emergissem desses instrumentos e técnicas.

Com isso, foram criadas categorias emergentes da prática docente, das observações em campo e das entrevistas semiestruturada centralizadas na questão da pesquisa, e alicerçados na fundamentação teórica do estudo. Diante esses pressupostos, criamos categorias referentes à: concepções docentes; planejamento; ação; avaliação; relação entre planejamento, ação e avaliação; desafios; estratégias; e proposições (possíveis soluções), ambos os pontos que se mostraram presentes na práxis dos docentes investigados.

Depois de delimitado as categorias para análise dos dados da pesquisa, utilizamos a técnica da triangulação para discutir os dados. Segundo Triviños (1987, p.138):

A técnica da triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social. Tais suportes teóricos, complexos e amplos, não tornam fáceis os estudos qualitativos.

Levando em consideração essas afirmações, embora essa técnica de análise seja complexa e difícil de ser aplicada, conforme cita Triviños (1987), buscaremos a triangulação dos dados obtidos por meio da observação participante, relacionando com as entrevistas semiestruturas e discutindo assim com o referencial teórico utilizado.

Concepções docentes sobre inclusão: Resultados preliminares da pesquisa

Partindo de um entendimento que para se compreender a práxis (teoria e prática) docente é necessário entender o que se pensa, buscamos conhecer as concepções dos docentes investigados para então discutir a inclusão no contexto escolar. Vale ressaltar que tais resultados aqui apresentados, fazem parte de uma análise inicial de uma das categorias elencadas para discussão dos dados desse estudo, categoria essa que chamamos de concepções docentes.

Segundo Del Ben (2001) o termo concepções traz uma conjunção entre o professor, como agente que pensa o ensino e sobre, bem como suas práticas docentes em sala de aula

e ações no contexto institucional e social no qual atua. Pautados nesse discurso, buscamos entender o que os docentes² investigados pensam sobre inclusão.

Com base nas entrevistas realizadas, na concepção do Docente 1, inclusão é “várias pessoas diferentes, fazendo algo em comum”. Além disso, ele sugere para pensar a inclusão não apenas na perspectiva das necessidades educativas especiais, mas na diversidade como um todo. Diversidade essa que se diz respeito ao pensamento, de todas as maneiras de se compreender o mundo, aos modos de se fazer e criar música.

Por outro lado, o Docente 2 relata que pensar inclusão no contexto escolar está relacionado a proporcionar a inserção do indivíduo para que ele se sinta incluído, pertencente aquele grupo, capaz de realizar qualquer atividade independente de suas limitações. Corroborando com essa ideia, o Docente 3 entende a inclusão como um processo natural, que lhe é ofertado, ou seja, “é um chamamento para a participação e não uma imposição, e que todos os agentes devem estar envolvidos e dispostos a promovê-la.

Além dessas questões, o Docente 1 tem uma concepção de que para o trabalho com alunos/as com deficiência é necessário um desejo, como também assumir como educador que se acredita na inclusão. Já no que se refere especificamente ao ensino de música, seu relato mostrou que o professor/a deve entender a música como sendo do aluno/a e seu dever é apenas de orientar ao invés de impor, ou seja, deixar que o próprio discente crie sua música. Além disso, um dos pontos importantes para esse trabalho é pensar nas estratégias, buscando assim fazer com que esses alunos/as participem efetivamente nas aulas e no final do processo aprendam música.

Desta forma, tais concepções estão alinhadas ao que se deseja com a inclusão no contexto escolar, que segundo Glat e Blanco (2007, p.17) “uma escola ou uma turma inclusiva precisa ser, mais do que um espaço para o convívio, um ambiente onde ele aprenda os conteúdos socialmente valorizados para todos os alunos da mesma faixa etária”.

Pautados nessas premissas, percebemos diante dos relatos bem como as observações em campo, que a inclusão na perspectiva das concepções docentes, vão além da inserção do indivíduo em contextos diversos. Em síntese, buscando sempre ampliar os olhares para perceber outras formas de inclusão, essa análise inicial revelou que inclusão é

² Para garantir o anonimato, buscamos utilizar pseudônimos para os docentes participantes da pesquisa. Desta forma, utilizamos: Docente 1; Docente 2; e Docente 3.

também aceitar a diversidade, promover o bem estar social, ofertar subsídios para participação plena na sociedade, é compartilhar, aprender junto, estar disposto e preparar-se para esse processo, ser capaz de construir mudanças e buscar olhares diversificados.

Considerações finais

A partir dessa breve apresentação, foi possível compreender um pouco sobre a complexidade que envolve o entorno da educação voltada para pessoas com deficiência no contexto escolar. As múltiplas dificuldades e desafios que se apresentam nos contextos educacionais são necessários serem debatidas a fim de buscar promover uma efetiva garantia dos direitos das pessoas com deficiência nas escolas, bem como construir práticas mais condizentes que subsidiem o aprendizado do aluno/a independente das suas limitações.

Com base em dados obtidos nesse estudo, verificamos uma grande necessidade de estudos sobre Música e Inclusão no âmbito educacional, tendo em vista a demanda que o contexto exige. Além disso, percebe-se que grande parte dos professores/as que lecionam música na Educação Básica não apresentam formação específica na área, o que pode acabar fragilizando o entendimento da educação musical nesse contexto. Percebemos também diante a revisão de literatura, que ainda há uma recorrência da educação musical no Brasil a aspectos terapêuticos, bem como brincadeiras, recreação e entre outros, fatores esses que contribuem para que a área seja mal compreendida.

Para, além disso, percebemos o quanto é complexo pensar na inclusão, pois não se refere apenas ao ato de incluir. Portanto, por meio da música, foi possível perceber que inclusão também é aceitar a diversidade, respeitar, humanizar-se, é união, cooperação, participação, doar-se, é bem estar social, é compartilhar, aprender junto, é preparar-se e ser capaz de construir mudanças. Vimos também, que o próprio educador musical é um sujeito que necessita dessa inclusão, inclusão essa que se diz respeito a entender, a pertencer ao meio e fazer parte desse processo, e isso pode se dar por meio de formações específicas para isso.

Portanto, esperamos que esses desdobramentos mostrem a necessidade de maiores discussões sobre a temática e que esse estudo possa trazer contribuições sobre práticas

pedagógicas e inclusivas em sala de aula com alunos/as com deficiência. Além disso, percebendo a música e inclusão como temáticas emergente na área de Educação Musical, acreditamos que pesquisas com esse caráter possam contribuir com a produção do conhecimento na área.

Referências

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 mai. 2019.

BRASIL. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. *Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989. *Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm> Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 25 abril 2017.

BOGDAN, Robert C; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Portugal. Porto Editora. 1994.

BRESLER, Liora. Pesquisa qualitativa em educação musical: contextos, características e possibilidades. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 16, p. 7-16, mar, 2007.

CIL, L. R.; GONÇALVES, T. G. G. L. Educação musical e educação especial na produção científica de dissertações e teses. *Revista Música Hodie*, Goiânia, v.18 , n.2, p. 327-342, 2018.

DEL BEN, Luciana Marta. *Concepções e ações de educação musical escolar: três estudos de caso*. 2001. 340 f. Tese (Doutorado em Música) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FANTINI, Renata Franco Severo; JOLY, Ilza Zenker Leme; ROSE, Tênia Maria Santana. Educação musical especial: produção brasileira nos últimos 30 anos. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 24, n. 36, p. 36-54, 2016.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8ª ed., Editora: Record, Rio De Janeiro/São Paulo, 2004.

LOURO, Viviane. *Fundamentos da aprendizagem musical da pessoa com deficiência*. 1.ed, São Paulo: Editora Som, 2012.

MARQUEZAN, Reinoldo. O discurso da legislação sobre o sujeito deficiente. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília*, v. 14, n. 3, p. 463-478, 2008.

PEREIRA, Jaqueline de Andrade. SARAIVA, Joseana Maria. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social / The social historical trajectory of persons with disabilities: from exclusion to social inclusion. *SER Social*, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168-185, 2017.

PRADO, Ana Maria C. C. e MAROSTEGA, Vera Lúcia. A Inclusão do Portador de Necessidades Especiais em Âmbito Social e Escolar. *Revista Educação Especial*. n.17, 2001.

RODRIGUEZ, I. A. & SILVA, E. R. & CAPELLINI, V. L. & SANTOS, F. H. A música e a pessoa com deficiência: uma revisão narrativa da literatura. *Revista Música e Linguagem*. Vitória/ES. v.1, nº4, p.37-51, 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. *Revista Nacional de Reabilitação*, São Paulo, v. 5, n. 24, 2002.

SCHAMBECK, Regina Finck. Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula: tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música. *Revista da ABEM*. Londrina, v. 24, n. 36, 2016.

SOUZA, Catarina Shin Lima de. *Música e inclusão: necessidades especiais ou necessidades profissionais especiais?*. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Tradução: Francisco Pereira. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.